



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Oral

Devido à *tsunami* financeira, em finais de 2008 a *Venetian* deparou-se com problemas de capital, o que a forçou a suspender as 5^a e 6^a fases das obras no Cotai. Passada a *tsunami* financeira, constata-se agora um ambiente de revitalização, e as referidas obras que tinham sido suspensas vão reiniciar-se em breve. Em finais de 2008, altura da suspensão das obras, trabalhavam no respectivo estaleiro milhares de trabalhadores, mas os locais rondavam apenas os 10 mil, proporção esta que no entender dos residentes é extremamente anormal, deixando-os enfurecidos e ao mesmo tempo surpreendidos. Por isso, agora que se vão reiniciar as referidas obras, a contratação de trabalhadores locais, nomeadamente para tarefas não específicas, ou até mesmo recorrer apenas à contratação de trabalhadores locais, com vista à assunção das respectivas responsabilidades sociais, é um aspecto que merece a atenção da população.

Porém, ainda não se avançou com a contratação de trabalhadores locais e o Governo já autorizou a importação de centenas de trabalhadores de Hong Kong. O empreiteiro geral também solicitou às agências de emprego que contratassem trabalhadores da China, e segundo as notícias, foram já contratados milhares deles, por isso, quando o Gabinete para os Recursos Humanos der a respectiva autorização, estes milhares de trabalhadores deslocar-se-ão até Macau.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O Governo da RAEM tem sempre afirmado que a importação de mão-de-obra serve apenas para colmatar a insuficiência de trabalhadores locais, sendo assim, segundo este princípio, só quando não se conseguir contratar trabalhadores em Macau é que se deve recorrer à contratação de mão-de-obra não residente. Mas no caso destas grandes empresas, antes de se avançar com a contratação em Macau já o Governo deu luz verde à importação de mão-de-obra, por isso, aquelas acabam por contratar grande quantidade de trabalhadores não residentes em detrimento dos residentes, surgindo então fenómenos estranhos, como o de uma obra enorme com mais de 10 mil trabalhadores, em que apenas algumas centenas são residentes de Macau.

Ademais, após negociação com o Governo da RAEM, o Governo Central definiu uma política que permite a união familiar dos residentes de Macau com os seus filhos que se encontram na China Continental. E são evidentes as injustiças dessa política, pois alguns deles não são autorizados a fixar residência em Macau apesar de se encontrarem em condições idênticas aos demais. De acordo com os cálculos do Governo da RAEM, vários milhares desses filhos poderão ser beneficiados por essa política, milhares esses que são jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos e com habilitações académicas elevadas, que podem futuramente constituir uma enorme força laboral de Macau. Sendo assim, a forma como o Governo da RAEM vai coordenar estes recursos humanos, este grupo de novos imigrantes, é uma questão que merece a devida atenção social.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – Estando a *Venetian* a preparar-se para o reinício das obras, antes de ter avançado com qualquer recrutamento de trabalhadores locais apresentou logo pedido para a importação de mão-de-obra. Segundo consta, centenas de trabalhadores de Hong Kong já conseguiram autorização para virem trabalhar em Macau, enquanto na China Continental são milhares os que se encontram a aguardar por essa mesma aprovação. Face a estas notícias, vai o Governo abrir as portas, permitindo àquela concessionária que, a seu bel prazer, importe trabalhadores privando os locais do direito ao emprego?

2 – Apesar de o Governo reiterar que os trabalhadores não-residentes são um complemento à falta de recursos humanos locais, a realidade destes últimos anos tem sido o Governo autorizar pedidos de importação de mão-de-obra pelas grandes concessionárias, antes das mesmas recrutarem trabalhadores locais. Este procedimento das autoridades só vem encorajar as empresas concessionárias a abusarem da importação de mão-de-obra, discriminando os locais. Assim, como é que o Governo e os serviços com competências na matéria interpretam o princípio de que trabalhadores não-residentes funcionam como complemento à falta de recursos humanos locais?

3 – Com a implementação da política de reunião familiar, Macau espera receber, em breve, os filhos de milhares de residentes locais em condições de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

fixarem residência no Território e que irão entrar no mercado de trabalho local. Com este futuro aumento dos recursos humanos, como vai o Governo coordenar a sua distribuição? Como resposta a este aumento, existe algum plano para comprimir o número de trabalhadores não-residentes?

5 de Janeiro de 2010

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Au Kam San